



ASSEMBLEIA NACIONAL

COMISSÃO ESPECIALIZADA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, JUSTIÇA E SEGURANÇA INTERNA

RELATÓRIO (Artigo 51º Regimento AN)

I - INTRODUÇÃO

Ao abrigo do disposto no artigo 42º, 202º e seguintes do Regimento da Assembleia Nacional, a CEAJJSI sob a Convocatória do seu Presidente, reuniu-se no dia 29 de Novembro do corrente ano, na sala de reuniões da aludida Comissão, pelas 15 horas, com a presença de Sua Excelência a Srª. Ministra da Justiça, Drª Januária Tavares Silva Moreira Costa, para discutir sobre o aspecto económico do Orçamento do respectivo Ministério, (funcionamento e investimento) como parte integrante do Orçamento do Estado para o ano 2000.

II - ANÁLISE SUCINTA DA REALIDADE CABOVERDIANA

- ◆ A Senhora Ministra da Justiça iniciou a sua análise dizendo que de um modo geral as dotações orçamentais do seu Ministério previstas para o ano 2000 tiveram uma pequena melhoria em relação ao orçamento do ano de 1999, mas que em relação a alguns serviços as verbas inscritas continuam a ser insuficientes.
- ◆ Informou ainda que algumas instituições foram privadas de autonomia orçamental, ao centralizar-se determinadas verbas na Direcção dos Serviços Judiciários ou no Gabinete do Ministro.
- ◆ Demonstrou ainda a sua preocupação com a relativa exiguidade da verba atribuída à alimentação dos presos e a verba destinada às contratações de serviços prestados às cadeias centrais, mas que pensa estudar e encontrar formas alternativas de as rentabilizar.
- ◆ Preocupam-na ainda as difíceis condições de alguns tribunais instalados em edifícios bastante degradados ou sem as mínimas condições e que em nada dignificam a nossa Justiça.

III- ESBOÇO SUCINTO DE ALGUMAS PERGUNTAS E RESPOSTAS

- ◆ Questionada, respondeu que vão ser **recrutados** 4 (quatro) Procuradores da Republica 42 (quarenta e dois) oficiais de justiça , para alem de guardas , motoristas e carcereiros.
- ◆ Relativamente ao **Palácio de Justiça do Paul**, cujo projecto foi orçado em cerca de 24.000.000\$00 (vinte e quatro mil contos), foi inteiramente financiado pelo Cofre Geral de Justiça, estando prevista a conclusão das obras para o próximo mês de Dezembro do ano em curso. Quanto aos **Palácios de Justiça de Santa Catarina e do Tarrafal de S. Tiago** e que se encontram na última fase de construção, o Ministério necessita ainda de 16.000.000\$00 (dezasseis mil contos) para concluir o Palácio de Justiça de Santa Catarina e 29.000.000\$00 (de vinte e nove mil contos) para o do Tarrafal de S. Tiago.
- ◆ No que tange à **reforma legislativa** informou aos comissionantes que o Código de Processo Civil encontra-se na fase final de elaboração, podendo ser para breve agendada a sua discussão no Concelho de Ministros e posteriormente na Assembleia Nacional, estando na mesma fase o Código de Registo Predial, o Código de Registo Comercial e Notariado. Também já há projectos finais do Código Penal e do Código de Processo Penal no Ministério da Justiça para apreciação; motivo pelo qual se pode afirmar que as grandes reformas legislativas previstas no Programa do Governo já estão feitas, pelo menos enquanto projectos.
- ◆ De um modo geral o uso de equipamentos de informática não chegou ainda aos tribunais, sendo que somente alguns magistrados se encontram ligados à internet, mas por iniciativa privada. Apenas o Ministério e o Palácio da Justiça estão se informatizando, tendo sido já montadas as redes fixas com vista à ligação do Ministério da Justiça aos demais Ministérios.

IV – CONCLUSÃO/PARECER

Concluimos assim a apreciação e debate do aspecto económico do Orçamento do Ministério da Justiça, para efeito de produção do correspondente relatório nos termos dos artigos 202º e seguintes do Regimento da Assembleia Nacional, relegando aos partidos políticos com assento parlamentar a discussão e votação na especialidade da Lei do Orçamento no Plenário ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 205.º do diploma legal supracitado.

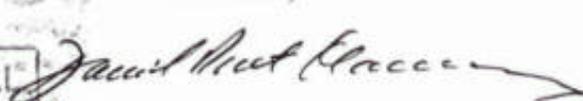
- De salientar finalmente que os Deputados do MPD presentes foram unânimes em aprovar a proposta orçamental do Governo para o sector do MJ (aspecto económico do Orçamento do Estado) para o ano 2000 . O PAICV, não se fez representar por nenhum Deputado nesta reunião.

Assembleia Nacional, 29 de Novembro de 1999

O Presidente da Comissão,

O Relator,


/António Pedro Rodrigues/


/Daniel Pinto Mascarenhas/

ASSEMBLEIA NACIONAL	
N.º de Entrada: 1133/99	
Em: 30/11/99	
O Resp. 	